



Concurso Externo de Ingresso para admissão de um estagiário da carreira e categoria de Técnico de Informática de grau 1, nível 1, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Aveiro - Aviso de Abertura n.º 21071/2021 - D.R. II Série - n.º 218 - 10/11

## LISTA PROVISÓRIA DE CANDIDATOS EXCLUÍDOS

TÉCNICO DE INFORMÁTICA DE GRAU 1 - NÍVEL 1 - [ESTAGIÁRIO]	
NOME	Motivo de Exclusão
Alexandra Cristina de Barros Neves	a)
Andreina Janeth Reverendo Cardoso	a)
António Carlos Pereira de Matos	c)
Carlos Miguel Machado da Costa	a)
Fábio Alexandre Martins Abreu	a) e c)
Gonçalo Miguel Nogueira da Costa	a)
Guilherme Henrique Pereira de Oliveira	b)
Hugo Teles Ribeiro	a)
João Filipe Prates Pinho	a)
José António Oliveira Vilão	a)
Luís Miguel Amante Silva	a) e b)
Marcos António Martinho Pereira	a)
Marcos Tulio Cirilo Dultra	d) e e)
Mariana Abrantes de Almeida	a)
Maribel Cardoso Oliveira	a)
Miguel Alexandre da Silva Ribeiro Figueiredo de Almeida	a)
Pedro Alexandre Martins Justa	c)
Rafaël Gabriel Dias	b) e c)
Ricardo Filipe Gonçalves Pinheiro	a)
Rui Miguel Maia Ribeiro	a)
Salome Marques Xavier Simões	a)
Tiago João Mendes Santos	a)
Tiago José Maia Alexandre de Freitas Afonso	b)
Vítor Alexandre Gerivaz Moreira dos Santos	a)

Legenda dos motivos de exclusão
a) Não comprovou ser detentor das habilitações literárias exigidas mediante a apresentação de documento comprovativo, conforme consta do ponto 8.1 do aviso de abertura   Publicação Integral
b) Declarou não reunir os requisitos previstos no art.º 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (ponto 5 do formulário de candidatura).
c) Nos termos do ponto 7 do formulário de candidatura, não declarou serem verdadeiras as informações nele prestadas.
d) Não apresentou o certificado de habilitações obtido no estrangeiro com o reconhecimento de equivalências em estabelecimento de ensino português.
e) Não possui nacionalidade portuguesa e não comprovou ser detentor de título de residência em Portugal ou do Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, conforme orientações da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público   DGAEP.